



Município de Vila Nova de Poiares
Câmara Municipal

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239420850 - Fax. 239421800
NIF 505 371 600 - e-mail: cmvnp@mail.telepac.pt

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
CULTURAL – 2016

Centro de Convívio do Carvalho

Considerando que na previsão do nº 2 do art.º 23 do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro se encontram cometidos ao Município, entre outras, atribuições nas áreas da Cultura, Ação Social, Ocupação de Tempos Livres, Educação, desporto e que no Município desenvolvem atividades demais entidades e organismos que prosseguem fins de interesse público nestas áreas, as quais se reconhece necessidade e vantajoso apoiar, nos termos da Lei.

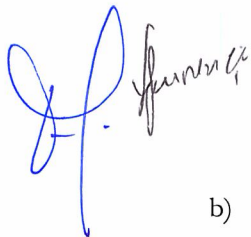
Atento também a que a al o) e u) do nº 1 do art.º 33 do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, prevê expressamente que é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, e que lhe compete também apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, e que este apoio, nomeadamente através da atribuição de subsídios pela autarquia, representa uma das mais importantes formas de apoio ao associativismo e à vitalidade da sociedade civil.

Considerando que ao longo da sua existência, desde 1974, o Centro de Convívio Carvalho constitui um espaço de lazer, de ocupação de tempos livres com o objetivo de combater o isolamento e promover a integração na comunidade, possuindo um carácter eminentemente ocupacional, tendo como fim:

- a) Providenciar no sentido de possibilitar aos seus associados um adequado e racional aproveitamento dos seus tempos livres, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e a dos seus familiares;
- b) Promover iniciativas e realizações culturais, recreativas, desportivas e socioeconómicas de forma a alcançar o referido na alínea anterior.
- c) Estimular a colaboração e cooperação com outras organizações afins;

Para efeitos da concretização dos seus objetivos, o Centro de Convívio do Carvalho, tem desenvolvido várias ações, nomeadamente:

- a) Promovendo ciclos, conferências e palestras culturais e científicas;



- b) Dando manutenção e desenvolvimento aos diversos departamentos tendentes ao fomento da prática desportiva, cultural e recreativa;
- c) Colaborando na criação de Comissões ou Secções para desenvolvimento de agrupamentos artísticos;
- d) Proporcionando a realização de sessões recreativas, tais como:
 - Divertimentos, Festas, Audições Musicais, Radiofónicas e Televisivas, Espetáculos de Cinema, de Dança Artística, Folclóricos, de Teatro, entre outros.

É outorgado, entre:

O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES, Pessoa Coletiva número 505 371 600, através da sua Câmara Municipal neste ato representada pelo seu Presidente, João Miguel Sousa Henriques, contribuinte fiscal número 198 546 351, o qual outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea al. f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e em cumprimento da deliberação de Câmara de 08 de janeiro de 2016, adiante designado por primeiro outorgante.

E

CENTRO DE CONVÍVIO DO CARVALHO, adiante designada por **C.C.C.**, Pessoa Coletiva n.º 501 148 728, com sede em Carvalho, Vila Nova de Poiares, representada neste ato por João Paulo dos Reis Lourenço, casado, portador do cartão de cidadão número 10129392 5ZY6, válido em 08/03/2020, vitalício e contribuinte fiscal número 197 483 607, na qualidade de Presidente da direção, o qual tem poderes para outorgar o presente Contrato-Programa conforme verifiquei pelos estatutos e ata de Assembleia exibidos.

o presente Contrato-Programa que se rege pelas cláusulas seguintes

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato-programa

1- O presente Contrato-Programa tem por objeto o incentivo e a cooperação consubstanciada através da atribuição de um subsídio anual com vista à continuidade e incremento de projetos e ou atividades de interesse Municipal, bem como disciplinar a atribuição do referido apoio financeiro a conceder pelo Município ao C.C.C. para que este possa levar a efeito a prossecução dos seus fins estatutários.

Cláusula 2.ª

Período de execução do Contrato-programa

O presente Contrato-programa vigora de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016



Handwritten signature and initials in blue ink.

Município de Vila Nova de Poiares

Câmara Municipal

3350-156 Vila Nova de Poiares - Telef. 239420850 - Fax. 239421800
NIF 505 371 600 - e-mail: cmvnp@mail.telepac.pt

Cláusula 3.^a

Comparticipação Financeira

1. O MUNICÍPIO compromete-se a prestar apoio financeiro ao C.C.C., através da atribuição de um subsídio no montante de 1000€ (mil euros) para prossecução do objeto definido na Cláusula 1.^a.
2. A verba referida no número anterior será libertada em 2 prestações no valor de 500€ (quinhentos euros), tendo sempre em conta a disponibilidade financeira do Município de Vila Nova de Poiares, no decurso do ano de 2016.
3. A segunda prestação será disponibilizada após a apresentação dos documentos idóneos de despesa e funcionamento ou comprovativos de implementação das atividades a que se dispuseram fazer
4. Pelo menos 80% da verba atribuída será destinada à Secção da Cultura da Coletividade, ou seja ao Rancho Folclórico do C.C.C.

Cláusula 4.^a

Direitos e Obrigações do primeiro outorgante

1. O primeiro outorgante tem o direito de:
 - a) Exigir à segunda outorgante todas as informações necessárias à verificação da boa aplicação das verbas disponibilizadas;
 - b) Fiscalizar a execução deste Contrato-programa obtendo do segundo outorgante todos os elementos considerados necessários para o efeito;
 - c) Suspender o pagamento da participação financeira a que se obrigou em caso de incumprimento, pela segunda outorgante, das obrigações assumidas por via do presente Contrato-programa;
2. O primeiro outorgante tem o dever de:
 - a) disponibilizar ao segundo outorgante, a participação financeira destinada à execução do Contrato-programa, nos montantes estabelecidos na cláusula terceira, mas tendo sempre em conta a disponibilidade financeira do mesmo;
 - b) prestar apoio logístico na implementação de atividades recreativas, culturais e desportivas dentro da disponibilidade e recursos do Município, a ser articulado e analisado caso a caso .



Cláusula 5.^a

Direitos e Obrigações da segunda outorgante

1. O C.C.C., bem como o seu Rancho Folclórico comprometem-se, como contrapartida da atribuição da comparticipação financeira constante da Clausula 3^a do presente Contrato-Programa, no âmbito da sua missão e sempre que seja convocada pelo Município a,
 - i. Atuar em 1 cerimónia quando solicitado para o efeito pelo Município.
 - ii. Representar a Associação com o seu estandarte, sempre que solicitado pelo Município.
 - iii. Realizar um festival de folclore;
 - iv. Realizar no mínimo duas atividades recreativas e culturais, abertas ao público em geral, no decurso do presente ano.
2. O C.C.C. compromete-se também a:
 - a) Prestar ao primeiro outorgante todas as informações, nomeadamente o relatório de actividades e de contas da Associação do ano transato, bem como, o Plano de Actividades e Orçamento do ano corrente, devidamente aprovados em Assembleia Geral, e todas as outras que este lhe solicite relativamente à execução do presente Contrato-programa, tais como, apresentar comprovativos das despesas efetuadas;
 - b) Sujeitar-se a ações de natureza inspetiva e fiscalizadora que sejam determinadas pelo primeiro outorgante, destinadas à aferição do efetivo cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do presente Contrato-programa;
 - c) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do presente Contrato-programa.
 - d) Apresentar um relatório final da realização dos projetos desenvolvidos, no decurso da execução do Contrato-programa, com explicitação dos resultados obtidos.

Cláusula 6.^a

Alterações ao presente Contrato-Programa

- 1- O presente Contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes.
- 2- É sempre admitido o direito à revisão do Contrato-Programa quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para qualquer das partes ou se manifestante inadequada à realização do interesse público.
- 3- O outorgante que tiver interesse na revisão do contrato envia ao outro uma proposta fundamentada, devendo este pronunciar-se no prazo máximo de 30 dias.
- 4- Quaisquer alterações ou aditamentos ao presente contrato, deverão ser obrigatoriamente reduzidas a escrito, considerando-se inexistentes as que não cumprirem este formalismo.



Município de Vila Nova de Poiares
Câmara Municipal

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239420850 - Fax. 239421800
NIF 505 371 600 - e-mail: cmvnp@mail.telepac.pt

Cláusula 7.^a

Resolução do Contrato-programa

O incumprimento não fundamentado das obrigações previstas na cláusula quarta e quinta conferem aos outorgantes o direito de resolver o presente Contrato-programa.

Cláusula 8.^a

Número sequencial de compromisso

O valor a atribuir ao abrigo do presente Contrato-programa será satisfeito pela seguinte dotação, em vigor e na qual tem cabimento no orçamento: na classificação económica 040701 na classificação orgânica 0102 ao qual foi atribuído o número de compromisso válido e sequencial, 15341, em conformidade com o previsto no artigo 5º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro de 2012, alterada e republicada pela Lei n.º 21/2015 de 17 de março.

O presente Contrato-programa é celebrado em 2 vias ficando uma para cada uma das partes outorgantes

Vila Nova de Poiares, 13 de janeiro de 2016

O Município de Vila Nova de Poiares


João Miguel Sousa Henriques

